



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
Esplanada dos Ministérios, bloco E, - Bairro Zona Cívico-Administrativa,  
CEP 70067-900, Brasília - DF - <http://www.gov.br/mcti>

## **APÊNDICE III**

### **BRIEFING**

#### **1. SITUAÇÃO GERAL**

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem como principal atribuição formular e implementar políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Isso inclui o planejamento, coordenação e supervisão de atividades de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico em diversas áreas, como biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, tecnologias da informação e comunicação, entre outras.

Além disso, o MCTI é responsável por promover a articulação entre instituições de pesquisa, universidades, empresas e outros atores do sistema de inovação, visando fortalecer a capacidade de inovação do país e estimular a criação de novas tecnologias e soluções para os desafios da sociedade. O ministério também atua na formulação de políticas de propriedade intelectual, na promoção da cooperação internacional em ciência e tecnologia e no fomento à formação de recursos humanos qualificados para a área de ciência, tecnologia e inovação.

#### **Histórico do Órgão**

O Ministério da Ciência e Tecnologia foi criado em 15 de março de 1985 como órgão central do sistema federal de ciência e tecnologia. O surgimento desse novo ministério, além de expressar a importância política desse segmento, atendeu a um antigo anseio da comunidade científica nacional.

Nos anos 80 ocorreu a primeira reforma ministerial, que foi empreendida no início de 1989, levando à extinção do MCT por meio da medida provisória (MP) nº 29 de 15 de janeiro de 1989, dando lugar ao novo Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. Porém, ao fim desse mesmo ano, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é recriado por meio da Lei nº 7.927, de 14 de dezembro de 1989.

Abruptamente, em 1990, o Ministério da Ciência e Tecnologia é novamente extinto, tendo as suas competências transferidas à Secretaria de Ciência e Tecnologia, órgão integrante da Presidência da República. A perda de prestígio político acarretou reduções orçamentárias significativas, e um processo lento de recuperação só ocorreu no ano de 1992. Nesse mesmo ano, a supracitada Secretaria foi extinta, sendo recriado, mais uma vez, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992.

O Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT foi transformado em Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI por meio da Medida Provisória nº 541, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011.

A incorporação da palavra "inovação" é resultado de diversas ações ligadas à área de ciência e tecnologia, especialmente a partir da edição da Lei da Inovação (nº 10.973/2004), que trata de medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica desenvolvidas no ambiente acadêmico e aplicadas às empresas; e da Lei do Bem (nº 11.196/2005) que prevê a concessão de incentivos fiscais às empresas que inovam.

Em 12 de maio de 2016 com a Medida Provisória nº 726, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, extinguiu o Ministério das Comunicações e transformou o Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovação em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), expandindo o leque de contribuições do órgão na entrega de serviços públicos relevantes para o desenvolvimento do país.

O Ministério foi novamente desmembrado, por meio da Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020, que extinguiu o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e recriou o Ministério das Comunicações (MCOM) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sendo essa a atual configuração da Pasta.

### **Situação Base**

A "Lei do Bem", oficialmente Lei nº 11.196/05, é um marco legal brasileiro que visa estimular o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no setor empresarial. Ela oferece incentivos fiscais significativos para empresas que realizam atividades de inovação tecnológica, permitindo que parte dos investimentos em PD&I seja deduzida do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Ao reduzir a carga tributária sobre os investimentos em inovação, a Lei do Bem busca impulsionar a competitividade das empresas brasileiras, fomentar a criação de novas tecnologias e soluções, e fortalecer o ecossistema de inovação do país. Ela abrange uma ampla gama de atividades de PD&I, desde a pesquisa básica até o desenvolvimento de novos produtos e processos, e tem sido um instrumento importante para o avanço tecnológico em diversos setores da economia brasileira.

### **Histórico**

Sancionada em 2005 a Lei nº 11.196/05, representa um marco na história da inovação brasileira. Sua origem está ligada ao contexto de crescente reconhecimento global da importância da pesquisa e desenvolvimento (P&D) como motor para o crescimento econômico e a competitividade internacional. No Brasil, a criação da Lei do Bem substituiu os antigos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA), estabelecidos em 1993.

Sua aprovação refletiu uma transição para um modelo econômico no qual o conhecimento e a tecnologia são vistos como elementos cruciais para o desenvolvimento sustentável do país. Ela surgiu no governo Lula, dentro da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Com as alterações trazidas pelas Leis 11.487/07 e 11.774/08, a Lei do Bem se consolidou como o principal instrumento de estímulo às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no Brasil, oferecendo benefícios fiscais significativos para empresas que investem em inovação tecnológica.

## **2. DESAFIO DE COMUNICAÇÃO**

No cenário empresarial contemporâneo, observa-se uma busca incessante por soluções que impulsionem a inovação, a produtividade e a competitividade das organizações. Paralelamente a essa busca, as empresas implementam estratégias planejadas, visando a redução de custos operacionais, a otimização das diversas fases da produção e o aprimoramento contínuo de seus processos internos. Essa dupla abordagem reflete a compreensão de que a eficiência e a capacidade de inovar são pilares fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade no mercado atual.

O investimento estratégico em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), materializado em projetos que se dedicam a superar os obstáculos tecnológicos existentes, possui um impacto direto e significativo na sociedade. Essa dedicação à inovação não apenas fomenta a criação de empregos altamente especializados, mas também contribui de maneira substancial para o desenvolvimento econômico e o aumento da competitividade do país como um todo.

Em adição aos recursos próprios alocados pelas empresas, os incentivos fiscais destinados a estimular as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica (PD&I) desempenham um papel crucial no fomento do progresso dos diversos setores produtivos. Esses instrumentos governamentais não só incentivam a cultura da inovação dentro das

organizações, mas também atuam como um mecanismo de compartilhamento do risco tecnológico inerente ao processo de inovar, tornando-o mais atrativo e viável para as empresas.

Com base nas informações descritas acima, desenvolva uma **campanha-piloto direcionada para médias e grandes empresas, apresentando as vantagens da Lei nº 11.196/05, conhecida como Lei do Bem, como mecanismo de produção de conhecimento, tecnologia e desenvolvimento sustentável para o país, com objetivo de informar os benefícios fiscais significativos oferecidos para as empresas que investem em inovação tecnológica.**

### 3. OBJETIVO DE COMUNICAÇÃO

#### Objetivo Geral

Divulgar os benefícios da **Lei do Bem** para empresas que investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), incentivando a adesão ao programa.

#### Objetivos Secundários:

- Esclarecer dúvidas comuns sobre elegibilidade e funcionamento.
- Reforçar a importância da inovação para a competitividade empresarial.
- Posicionar a marca (ou entidade promotora) como referência em incentivo à inovação no Brasil.

Apresentar os seguintes argumentos na campanha:

**Redução da carga tributária:** O benefício mais direto e imediato é a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os valores investidos em atividades de PD&I. Essa redução no imposto a pagar representa uma economia financeira considerável, liberando recursos que podem ser reinvestidos em novas iniciativas de inovação ou em outras áreas estratégicas da empresa.

**Aumento da competitividade:** Ao reduzir os custos associados aos investimentos em inovação, a Lei do Bem permite que as empresas desenvolvam novos produtos, serviços e processos de forma mais acessível. Isso impulsiona a capacidade da empresa de se diferenciar no mercado, oferecendo soluções mais avançadas e eficientes, o que, consequentemente, aumenta sua competitividade tanto no mercado nacional quanto internacional.

**Estímulo à cultura de inovação:** A Lei do Bem incentiva as empresas a planejarem e executarem projetos de PD&I de forma mais estruturada e contínua. O reconhecimento fiscal dos investimentos em inovação fortalece a importância dessas atividades dentro da organização, promovendo uma cultura interna voltada para a busca constante por novas tecnologias e soluções, o que é fundamental para o crescimento e a sustentabilidade a longo prazo.

**Compartilhamento do risco tecnológico:** Inovar envolve riscos e incertezas. Ao oferecer incentivos fiscais, a Lei do Bem atua como um mecanismo de compartilhamento desses riscos entre o governo e as empresas. A possibilidade de reduzir o impacto financeiro dos investimentos em PD&I torna o processo de inovação mais atraente e viável, encorajando as empresas a explorarem novas fronteiras tecnológicas e a desenvolverem soluções disruptivas com maior segurança.

### 4. PUBLICO ALVO

**Empresas de base tecnológica:** Este grupo engloba empresas cujo core business está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias. Startups inovadoras, empresas de software, biotecnologia, nanotecnologia, e aquelas que atuam em áreas como inteligência artificial e internet das coisas (IoT) são exemplos claros. A Lei do Bem é especialmente relevante para elas, pois seus investimentos em PD&I são constantes e essenciais para sua sobrevivência e crescimento.

**Indústrias com alto potencial de inovação** : Setores industriais que buscam modernizar seus processos produtivos, desenvolver novos produtos com maior valor agregado e adotar tecnologias avançadas são um público-alvo importante. Isso inclui indústrias como a automotiva, aeroespacial, farmacêutica, de eletrônicos, de máquinas e equipamentos, e a de materiais avançados.

**Empresas de diversos setores que buscam inovação incremental**: Empresas dos setores de alimentos, embalagens, logística, e até mesmo serviços que buscam aplicar novas tecnologias para otimizar suas operações e oferecer melhores soluções aos seus clientes podem se qualificar para os incentivos fiscais, impulsionando a inovação em uma gama mais ampla da economia.

## 5. PRAÇAS

O Estado de São Paulo.

## 6. PERÍODO

As propostas de campanha deverão ser executadas em um período de 2 (dois) meses.

## 7. VERBA PARA INVESTIMENTO

A verba máxima a ser alocada na proposta, a título de exercício, será de **R\$ 6 milhões (seis milhões de reais)**.

## 8. RECURSOS PRÓPRIOS DE COMUNICAÇÃO

- Site oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ([www.gov.br/mcti](http://www.gov.br/mcti))
- Redes Sociais Oficiais do MCTI: Instagram, Twitter, Facebook, Youtube e LinkedIn.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Gonçalves dos Santos, Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social**, em 26/06/2026, às 13:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wellyngton Ferreira Gomes, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 26/06/2026, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **13858354** e o código CRC **A4D4E993**.